

1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA -**
2 **CEAS/SC.** No décimo nono dia do mês de setembro de 2023, de forma híbrida por
3 videoconferência e presencialmente na sala web da SDS/SC, foi realizada Reunião
4 Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina -
5 CEAS/SC. A Reunião Plenária contou com a participação das/os
6 **CONSELHEIRAS/OS TITULARES E SUPLENTE REPRESENTANTES DAS**
7 **ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:** Conselheira Titular Gabriella Dornelles C.
8 Pereira, Conselheira Titular Juliana Rocha Pires e Conselheira Suplente Maria do
9 Carmo de Oliveira representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social,
10 Mulher e Família – SAS; Conselheira Titular Jucilea Santos e Conselheiro Suplente
11 Daniel Dall’Igna Ecker representantes da Secretaria de Estado da Educação – SED;
12 Conselheira Titular Laura Cabral Santos representante da Secretaria de Estado da
13 Saúde; Conselheiro Suplente Jannynffer Glayson da Cunha Nazário representantes
14 da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativo – SAP;
15 Conselheiro Titular Thiago Cavalcanti representante da Secretaria de Estado da
16 Segurança Pública – SSP; Conselheira Titular Sueli Irene Zincoski representante do
17 Instituto Estadual de Previdência – IPREV; Conselheira Titular Emanuella de Oliveira
18 Borges representante da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE.
19 **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTE REPRESENTANTES DAS**
20 **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:** Segmento dos(as) Usuárias(os) do
21 SUAS – Conselheira Titular Érica Fernanda dos Santos representante da Associação
22 de Proteção e Recuperação da Água e da Natureza do Rio Uruguai – APRANRU;
23 Conselheiro Titular Sidnei Pavesi representante da Associação dos Deficientes
24 Visuais de Brusque e Região – ADVB; Conselheiro Titular Alexandre Deucher
25 representante do Movimento dos Catadores e Recicladores de Santa Catarina –
26 MECR – SC; Segmento dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS – Conselheira Titular
27 Cleidi Mara dos Santos representante do Conselho Regional de Psicologia – CRP/12ª
28 Região; Conselheira Titular Simone Cristina Dalbello da Costa representante do
29 Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 12ª Região; Segmento das Entidades
30 – Conselheira Titular Nívia Michelli Garcia Vieira representante da Federação das
31 APAES do Estado de Santa Catarina – FEAPAES – SC; Conselheira Titular Norma
32 Suely de Souza Carvalho representante do Lar Fabiano de Cristo – Casa Rodolpho
33 Bosco e Conselheira Titular Aline Ogliari representante da Cáritas Brasileira Regional
34 Santa Catarina. De acordo com o Regimento Interno do Conselho Estadual de
35 Assistência Social – CEAS/SC, a Presidenta do Conselho, no uso de suas atribuições
36 regimentais, **convoca os(as)Conselheiros(as) Titulares e convida os(as)**
37 **Conselheiros(as) Suplentes** para a **REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 19 de**
38 **setembro de 2023, terça-feira, com início às 13h15min em primeira convocação**
39 **e às 13h30min em segunda convocação, com previsão de término para às 18h,**
40 **de forma HÍBRIDA - POR VIDEOCONFERÊNCIA e PRESENCIALMENTE NA SALA**
41 **WEB DA SDS/SC,** para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1.
42 **Levantamento do quórum Regimental;** Patrícia procedeu ao levantamento
43 identificando que estavam presentes na reunião 17 conselheiros em condição de
44 titularidade; 2. **Aprovação das justificativas dos(as) Conselheiros(as) ausentes;**
45 conselheira Jaqueline não pôde participar da plenária porque nesta mesma ocasião
46 estava acontecendo o Seminário Nacional do Serviço de Convivência e
47 Fortalecimento de Vínculo e por ela ser gerente da Proteção Social Básica da Diretoria
48 de Assistência Social (DIAS), sua presença neste evento era indispensável, porém
49 sua suplente Maria do Carmo estava presente assumindo a titularidade; conselheira
50 Elisiane justificou sua ausência porque estaria participando do Fórum do Programa de

51 Proteção a Criança e Adolescente Ameaçados de Morte (PPCAM) em Salvador -
52 Bahia. Gabriella questionou se todos justificaram ausência e Patrícia esclareceu que
53 Silvia da Secretaria de Administração Prisional (SAP), conselheira titular, nunca
54 compareceu em plenária e nem justificou sua não participação, seu suplente,
55 conselheiro Nazário, informou que no momento ela se encontra de férias e que não
56 conseguiu participar até então das plenárias devido a compromissos de trabalho,
57 sendo sempre substituída por ele. A Dalva que é suplente da Laura precisa ser
58 empossada, também nunca participou ou justificou sua ausência, Laura informou que
59 iria combinar com Dalva para resolver esta situação na próxima plenária. Gabriella
60 solicitou por escrito cada um dos casos que estão com dificuldades em participar das
61 atividades do CEAS para que se entre em contato particularmente com essas pessoas
62 a fim de se verificar e analisar caso a caso. Todos aprovaram as justificativas
63 apresentadas. **3. Leitura e Aprovação da Ordem do Dia; 4. Deliberação sobre a**
64 **Minuta das atas plenárias ordinárias de julho de 2023 e de agosto de 2023; 5.**
65 **Demanda DIAS – Retificação Resoluções 09 e 10 de 2023; 6. MINUTA de Resolução**
66 **que aprova a prestação de contas do 2º Semestre de 2018; 7. Plano Estadual de**
67 **Educação Permanente – Páginas a serem analisadas de forma pormenorizada: 68 a**
68 **84 – item 13 Definições das ações de Educação Permanente (inclusão de pauta); 8.**
69 **Solicitação sobre Reforma Administrativa (inclusão de pauta); 9. Comissões; a.**
70 **Composição; b. Relato da reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência**
71 **Estadual de Assistência Social – MINUTA INFORME 06 – Finalização da**
72 **Programação indicando espaço dos Fóruns – Apresentação do CEAS na**
73 **Conferência; c. Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento do**
74 **SUAS – Prestação de contas 2º Semestre de 2019 – MINUTA DE RESOLUÇÃO; d.**
75 **Relato da reunião da Comissão de Política – Demanda da População em Situação de**
76 **Rua e explanação da diretora Gabriella sobre o status do processo de Regionalização**
77 **dos Serviços de Média e Alta Complexidade; e. Relato da reunião da Comissão de**
78 **Normas; f. Relato da Comissão de Acompanhamento aos CMAS; g. Relato da**
79 **Comissão de Acompanhamento das Deliberações das Conferências; h. Relato da**
80 **Comissão de Acompanhamento aos Benefícios Eventuais e Transferência de Renda;**
81 **10. Informes. a. Relato Conselheira Maria do Carmo na CIB de Blumenau; b.**
82 **Participação do Vice-Presidente Sidnei na Reunião Trimestral do CNAS com os**
83 **CEAS; c. Participação da Presidente Gabriella no Encontro do Fundo Nacional de**
84 **Assistência Social com os Fundos Estaduais e os Conselhos Estaduais; d. Retorno**
85 **do Ofício da Frente Parlamentar de Reciclagem (FPR); e. Relato da reunião com o**
86 **Conselho Estadual dos Direitos Humanos; f. Encontro PROCAD Região Sul – 21 a 22**
87 **de setembro (inclusão de pauta); g. Live sobre Benefícios Eventuais – e a necessidade**
88 **de adequação e atualização dos Municípios seguindo a Resolução 16/2022 do CEAS**
89 **(inclusão de pauta). A pauta foi aprovada por unanimidade com as devidas inclusões**
90 **sinalizadas acima em parênteses. Após aprovação da pauta, foi dado prosseguimento**
91 **à reunião com o seguinte ponto de pauta: 4. DELIBERAÇÃO SOBRE A MINUTA DAS**
92 **ATAS PLENÁRIAS ORDINÁRIAS DE JULHO DE 2023 E DE AGOSTO DE 2023 –**
93 **houve a dispensa de leitura das atas, haja vista os conselheiros já terem tido acesso**
94 **a elas previamente para realizarem a leitura. Não houve nenhuma contribuição ou**
95 **consideração por parte dos conselheiros, sendo assim a ata foi aprovada por todos.**
96 **Dando continuidade à plenária com o próximo ponto: 5. DEMANDA DIAS –**
97 **RETIFICAÇÃO RESOLUÇÕES 09 E 10 DE 2023 – Gabriella tomou a palavra**
98 **lembrando que a lógica de cofinanciamento estadual foi alterada a partir deste ano,**
99 **onde foram criados pisos por proteção e serviços. Quando foi instituída a questão dos**
100 **pisos e a equipe da DIAS deu prosseguimento ao processo, percebeu-se algumas**

101 questões que requeriam um olhar mais apurado, diante disso foi necessário fazer
102 alguns ajustes nas resoluções para que os municípios pudessem utilizar o recurso de
103 forma tranquila, sem ter nenhuma dificuldade, tanto no gasto, quanto na prestação de
104 contas. Basicamente as mudanças necessárias são em três pontos principais. O
105 primeiro ponto trata-se de que, quando se construiu o cofinanciamento desta forma,
106 construiu-se a ideia de que os municípios teriam autonomia para utilizar o recurso,
107 seja custeio ou investimento, mas ao iniciar o processo de execução do
108 cofinanciamento, foi identificado que a forma como Santa Catarina faz o repasse de
109 recursos é por meio de convênio com os municípios e quando se fala em convênio é
110 necessário que se trabalhe na modalidade de custeio e investimento, então esse é o
111 primeiro ponto a ser alterado. Gabriella complementou que se espera que no próximo
112 ano seja feita uma nova alteração em resolução do CEAS para que o cofinanciamento
113 passe a ser regular e automático. O segundo ponto é sobre a necessidade de se
114 estabelecer percentual de custeio e de investimento, então após estudo de todos os
115 Planos de Aplicação entregues pelos municípios, foi identificado que o ideal seria
116 colocar 95% para custeio e 5% para investimento, sendo que houve um bom aceite
117 por parte dos municípios desta sugestão de percentual. Gabriella ainda esclareceu
118 que a resolução em tela prevê que aquele município que não se adequar a trabalhar
119 com esses percentuais, pode fazer alteração deliberando em Conselho Municipal de
120 Assistência Social, posteriormente encaminhando tal decisão ao Estado, para que
121 assim o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) coloque os percentuais
122 conforme necessidade do município e desta forma o recurso seja repassado
123 obedecendo a demanda solicitada. E por último, o terceiro ponto é sobre a atualização
124 das Leis de Benefícios Eventuais, que é algo que já vem sendo trabalhado há alguns
125 anos pela DIAS e pelo CEAS, sendo que este ponto foi colocado como critério para
126 repasse de cofinanciamento. Na prática 174 municípios não têm sua Lei de Benefícios
127 Eventuais atualizada conforme resolução do CEAS, desta forma foi prorrogada a
128 apresentação da lei com suas devidas atualizações até 31 de dezembro do corrente
129 ano, caso os municípios não façam as adequações necessárias no prazo
130 estabelecido, isto incorrerá no não recebimento do cofinanciamento estadual.
131 Importante informar que esta alteração aqui citada foi esclarecida em live organizada
132 pela DIAS para os municípios catarinenses. Os conselheiros Alexandre, Emanuella e
133 Jucilea fizeram colocações sobre este ponto apresentado por Gabriella, no que tange
134 à apresentação de plano de aplicação dos recursos e à preocupação sobre a
135 disparidade de percentual para custeio e investimento. Gabriella esclareceu que na
136 atualidade é melhor para os municípios terem um percentual maior de custeio para
137 atender suas necessidades, conforme análise técnica da dinâmica de aplicação de
138 recursos por parte dos municípios. Desta forma, as resoluções, com as devidas
139 alterações apresentadas por Gabriella, foram aprovadas por todos. Passando para o
140 próximo ponto de pauta: **6. MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE APROVA A**
141 **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º SEMESTRE DE 2018** – Patrícia tomou a palavra
142 explicando que é atribuição do CEAS fazer a apreciação da Prestação de Contas do
143 FEAS e isso está previsto nas normativas que regem a Política de Assistência Social.
144 Patrícia continuou informando que a Luciane Passos, antiga diretora da DIAS, fez uma
145 força tarefa junto a sua equipe para que fosse resolvido esse atraso nas prestações
146 de conta, então nesta respectiva plenária deveria ser realizada a análise de uma
147 minuta de resolução que aprova a prestação de contas do segundo semestre de 2018.
148 Explicou ainda que a comissão de financiamento e orçamento do CEAS já finalizou a
149 análise da Prestação de Contas do segundo semestre de 2019, sendo que o primeiro
150 semestre de 2018 e 2019 já foram deliberadas pelo conselho. Esta respectiva

151 comissão, durante a gestão 2021-2023, ou seja na gestão anterior, iniciou a análise
152 da prestação de contas do segundo semestre de 2018, porém algumas questões
153 geraram dúvidas e foram identificadas algumas inconsistências de dados, como por
154 exemplo havia o pagamento de uma diária para uma pessoa que não compunha a
155 equipe da Política de Assistência Social, sendo solicitada a restituição deste valor,
156 portanto foram realizadas algumas adequações nesta prestação, sendo que sairá um
157 parecer da comissão sobre todas estas questões levantadas. Após leitura da minuta,
158 o conselheiro Alexandre tomou a palavra e pediu que constasse em ata que ele não
159 identificou nenhuma irregularidade nesta prestação de contas que foi apreciada,
160 todavia devido à demora no envio do documento para análise e deliberação, o que
161 compromete o controle social da política pública, ele não aprovaria a prestação de
162 contas do segundo semestre de 2018 como forma de protesto. Jucilea se absteve em
163 seu voto, os demais conselheiros aprovaram a minuta de Resolução que aprova a
164 Prestação de Contas do 2º semestre de 2018. Passando para o próximo ponto de
165 pauta: **7. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE** – Patrícia explicou
166 que o objetivo referente a este ponto de pauta é definir os conteúdos que devem
167 constar nas capacitações, sendo que após a finalização da construção deste plano,
168 ele voltará para o CEAS para que haja a deliberação. Norma sugeriu que no conteúdo
169 sobre controle social “Estudo da Legislação do SUAS” fosse dado foco nas resoluções
170 que foram atualizadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (Resoluções 100,
171 99, 27, 33 e 34). Sidnei sugeriu como conteúdo da Alta Complexidade o Estatuto da
172 Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão, n. 3146. Cleide sugeriu no item
173 Mobilização e participação popular, dentro da temática de controle social, “O
174 fortalecimento e organização dos 3 segmentos da sociedade civil” e mais o seguinte
175 conteúdo: “Representação e representatividade no SUAS”. Alexandre sugeriu que
176 fosse incluído no tema Controle Social uma capacitação aos técnicos responsáveis
177 pela Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Todos
178 aprovaram com as devidas inclusões realizadas. Próxima pauta: **8. SOLICITAÇÃO**
179 **SOBRE REFORMA ADMINISTRATIVA** – Sidnei tomou a palavra informando que se
180 trata de uma pauta trazida pela sociedade civil que solicita esclarecimentos sobre
181 como está a estrutura organizacional da DIAS após a última reforma administrativa e
182 se a alteração realizada contempla o que está preconizado nas normativas que regem
183 a Política de Assistência Social. Alexandre e Cleide solicitaram que seja repassada
184 informações detalhadas de quais gerências / setores que foram extintos e como as
185 demandas pertencentes a esses setores serão supridas. Todos aprovaram esta pauta.
186 **9. COMISSÕES: C. RELATO DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTO**
187 **E ORÇAMENTO DO SUAS – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2º SEMESTRE DE 2019 –**
188 **MINUTA DE RESOLUÇÃO** – Patrícia informou que foi finalizada a análise documental
189 da prestação de contas do 2º semestre de 2019 e o próximo passo é fazer um ofício
190 listando todos os itens considerados divergentes para ser enviado à DIAS, e no íterim
191 deste processo, enquanto se aguarda os esclarecimentos destas questões, será
192 iniciada a análise da prestação de contas de 2020. **F. RELATO DA COMISSÃO DE**
193 **ACOMPANHAMENTO AOS CMAS** – Patrícia traz a seguinte questão para a plenária:
194 o conselheiro Alexandre, que é o atual coordenador dessa comissão, solicitou saída,
195 permanecendo na comissão Deise, Emanuella e Norma, desta forma haveria a
196 necessidade de se indicar outro nome, sendo o ideal de alguém da sociedade, assim
197 Nívia aceitou tornar-se coordenadora desta comissão. Outra demanda da comissão
198 foi referente ao recebimento da lei de criação e o Regimento Interno do município de
199 São Francisco do Sul para análise, porém não foi realizada uma verificação
200 pormenorizada como se costuma fazer, contendo um quadro comparativo das leis

201 com o respectivo embasamento jurídico de cada artigo, já que se trata de um trabalho
202 que demandaria muita dedicação, desta forma foi decidido que a comissão analisaria
203 apenas os pontos levantados pelo conselheiro Alexandre, após este estudo, foi
204 construído um levantamento de informações, sugerindo algumas alterações de
205 redação necessárias, segundo o entendimento da comissão, para ser enviado ao
206 Conselho Municipal de São Francisco do Sul via ofício. Outra demanda desta
207 comissão que foi apresentada durante a plenária, refere-se a uma denúncia sobre um
208 município que determinou apenas um período, durante um dia da semana para fazer
209 o cadastramento e recadastramento das famílias no CadÚnico e este serviço seria
210 oferecido somente por contato telefônico. Foi realizado contato com a gerente Magna,
211 da Gerência de Programas e Transferência de Renda da DIAS, que ficou de enviar o
212 embasamento jurídico quanto a esta questão para que seja enviado um ofício ao
213 município solicitando adequações quando a situação em tela. Ademais o Conselho
214 Municipal deve estar atento a esta situação. **h. RELATO DA COMISSÃO DE**
215 **ACOMPANHAMENTO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E TRANSFERÊNCIA DE**
216 **RENDA** – na última plenária a gerente Magna esteve presente para esclarecimentos
217 sobre os diversos programas, dentre eles CadÚnico e PROCAD, assim como
218 reforçaram a necessidade de capacitação aos Conselhos Municipais de Assistência
219 Social sobre o Programa Bolsa Família e Resolução 16/2022, sendo prevista a
220 acontecer na segunda quinzena de Novembro, no formato virtual. Também foi tratada
221 nesta comissão sobre o Programa de Geração Múltipla, sendo decidido que este
222 programa seja amplamente divulgado, sendo feita tal solicitação por meio de ofício à
223 DIAS, assim como o CEAS divulgará junto aos conselhos municipais. Sobre o
224 Acessuas Trabalho, a comissão entende que a gestão não fez o aceite do programa
225 em 2019, porque precisava de equipe exclusiva para executá-lo, todavia há a
226 necessidade de solicitar informações de sobre a forma como os municípios que
227 aderiram estão sendo acompanhados, haja vista que no ofício enviado ao CEAS
228 consta a listagem de alguns municípios que não executaram o recurso direcionado ao
229 programa e outros que executaram, porém não informaram no sistema do Governo
230 Federal onde foi gasto esta receita. Aliado a isso, o CEAS vai alertar os conselhos
231 municipais destes municípios sobre a necessidade de acompanhamento da execução
232 deste programa. Sobre o Programa Bolsa Família, deve-se enviar um ofício solicitando
233 o status da contratação da equipe para trabalhar na gerência responsável pela gestão
234 estadual, além de solicitar informações sobre a execução do PROCAD pelo Estado e
235 status de execução pelos municípios de Santa Catarina deste referido programa. No
236 que se refere ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o CEAS irá
237 solicitar informações sobre o status de execução deste programa para 2024, pois não
238 está claro se o programa terá continuidade, já que não se tem informações do Governo
239 Federal sobre esta questão e também irá questionar sobre a possibilidade de haver
240 concurso para contratação de nova equipe estadual para operacionalizar as
241 demandas do PETI. Sobre o CadÚnico, o CEAS irá solicitar informações específicas
242 sobre o cadastramento da população em situação de rua em Santa Catarina. Quanto
243 ao questionamento do conselheiro Alexandre sobre a contratação de motorista
244 utilizando recurso do IGD PBF, esta comissão questionou a gerente Magna e
245 procedeu ao estudo das normativas que regem a execução deste recurso a fim de ter
246 alguma resolução, porém sem sucesso, destarte pensou-se em enviar ofício ao
247 Ministério do Desenvolvimento Social para ter esclarecimentos precisos sobre a
248 situação em tela, porém, antes disso, a comissão achou melhor trazer esta questão
249 em plenária para tentar sanar esta problemática visando agilizar os trâmites e dar ter
250 um desfecho favorável para a situação apresentada. Gabriella tomou a palavra

251 informando que não há o que se possa fazer dentro dos trâmites disponíveis na
252 administração pública, informando que deve ser obedecido um padrão para todas as
253 pessoas, independente de cargo e posição que ocupa no Estado. Gabriella sugeriu
254 ainda que fosse realizada comunicação junto ao município na tentativa de viabilizar
255 que Alexandre possa participar das plenárias do CEAS de forma virtual, devido à
256 dificuldade de conexão à internet por parte deste conselheiro ou que o município o
257 auxilie no traslado. Alexandre reitera que a secretaria deveria se adequar para que
258 os conselheiros possam participar das plenárias e que as reuniões possam ser
259 descentralizadas, favorecendo a participação de todos, abrangendo toda Santa
260 Catarina. Gabriella reforçou que o CEAS abrange 100% do estado de Santa Catarina,
261 o que não é garantido é um transporte direto, ou seja, é garantida a participação em
262 todas as plenárias, porém o deslocamento pode ser um pouco mais longo e custoso,
263 para além disso, reforçou que o acesso às reuniões também é garantido de forma
264 virtual. Emanuella propôs que fosse apresentado o que é possível de ser feito e o que
265 está sendo oferecido frente a esta situação. Alexandre reforça que: quando dizem que
266 a participação dele é garantida, não se leva em consideração que se ele não tiver o
267 dinheiro da diária no dia da sua saída de casa, ele não consegue pagar a passagem
268 de São Francisco para Joinville. Lembra que o Estado só compra a passagem de
269 Joinville a Florianópolis, o trecho anterior é comprado por ele e depois reembolsada.
270 Relata sua realidade pois já precisou se privar de jantar para poder pagar a passagem
271 que só seria reembolsada posteriormente. Conselheira Juciléa entende que o
272 Conselheiro Alexandre manifesta interesse em sempre participar presencial em
273 detrimento do virtual, diante disso sugere verificar com o município de São Francisco
274 do Sul a possibilidade de traslado de carro municipal deste município até Joinville e
275 vice-versa. Conselheira Juliana não acredita ser inviável, pois não podemos regar
276 despesas para os municípios, nesse caso teriam que pagar diária e combustível para
277 fazer o traslado de um conselheiro estadual. Conselheiro Sidnei sugere que seja
278 comprado pro Conselheiro Alexandre essa passagem de São Francisco, para que ele
279 não retire do seu dinheiro esse custo, mesmo havendo reembolso posterior. Alexandre
280 reforça que os pedidos que faz não é só para benefício próprio, mas que seja algo que
281 fique para os que virão posteriormente. Norma se manifesta dizendo que acredita que
282 futuramente todos os entraves serão resolvidos, e que as demandas dele servirão de
283 exemplo para soluções posteriores. Aproveita para informar que tem um GT no CNAS
284 tratando de questões desse viés. Acredita que o foco agora é resolver o problema do
285 Alexandre agora. Como encaminhamento: Envio de ofício ao CMAS de São Francisco
286 do Sul solicitando apoio com sala, equipamento e internet para que o Conselheiro
287 Alexandre consiga participar das reuniões de Comissão. Próximo ponto de pauta - **b.**
288 Relato da reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Estadual de
289 Assistência Social – **MINUTA INFORME 06** – Finalização da Programação indicando
290 espaço dos Fóruns – Apresentação do CEAS na Conferência; De antemão Presidente
291 Gabriella informa que o local da Conferência será ou em São José ou Florianópolis.
292 Reforça que o Estado pagará alimentação para todos e hospedagem para os/as
293 delegados/as da Sociedade Civil. Pensa que são dados que já proporcionam os
294 municípios se organizarem. Reforça que só poderão participar da Conferência
295 Estadual delegados/as eleitos/as nas Conferência Municipais. Após explicações e
296 contribuições, Informe 06 foi aprovado com a seguinte redação: **INFORME 06 – Sobre**
297 **as despesas na 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.** A Comissão
298 Organizadora da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina
299 vem informar que para a realização da **14ª Conferência Estadual de Assistência**
300 **Social a Gestão Estadual** ficará responsável pelas seguintes

301 despesas: Hospedagem para os(as) **DELEGADOS(AS) MUNICIPAIS**
302 **REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL** eleitos(as) nas Conferências Municipais,
303 que confirmaram suas inscrições pelo formulário do *google* divulgado pelo Informe
304 05/2023, para as noites dos dias **17 e 18 de outubro**; Jantar para os dias **17 e 18 de**
305 **outubro** e almoço nos dias **18 e 19 de outubro** para **delegados(as), delegados(as)**
306 **natos, equipe organizadora e convidados(as)**; As gestões municipais ficam com as
307 seguintes responsabilidades: A hospedagem para os(as) delegados(as)
308 representantes **Governamentais**. O **deslocamento dos(as) delegados(as)**
309 **representantes da Sociedade Civil e Governamentais** municipais até o local de
310 realização da Conferência Estadual é de responsabilidade da gestão
311 municipal. Reforçamos que é de conhecimento que na Conferência Estadual
312 elegeremos os(as) delegados(as) que representarão Santa Catarina na Conferência
313 Nacional, sendo assim, a gestão estadual ficará responsável pelo deslocamento
314 destes até Brasília, com saída e retorno de Florianópolis, ficando a responsabilidade
315 da vinda dos(as) delegados(as) até a capital para o município. Lembramos que a
316 Conferência acontecerá na grande Florianópolis, no entanto ainda não podemos
317 informar o local exato de sua realização, pois estamos em processo de
318 licitação. **Sobre a Confirmação das Inscrições citadas no Informe 05**. Reforçamos
319 que somente poderão participar da Conferência os(as) delegados(as) eleitos nas
320 Conferência Municipais que tiveram suas informações enviadas ao CEAS/SC
321 anteriormente; Não existe vaga “reservada” para Gestores Municipais nem para
322 Presidentes dos CMAS, nem para outras pessoas que não tenham sido eleitas(os)
323 nas Conferências. Solicitamos que se atentem com a questão da representatividade
324 dos Trabalhadores do SUAS que estão sendo confundidos com representantes
325 Governamentais. Os Trabalhadores fazem parte dos segmentos da Sociedade Civil,
326 não são governamentais. A Secretaria Executiva do CEAS/SC somente aceitará as
327 confirmações de inscrições que estiverem de acordo com as informações repassadas
328 anteriormente. Lembramos que os documentos referentes às orientações sobre a
329 realização da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina estão
330 sendo compartilhados na página do CEAS/SC no site da Secretaria de Estados da
331 Assistência Social, Mulher e Família –
332 SAS <https://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/ceas> - Contatos do CEAS/SC:
333 Telefones e whatsapp (48) 3664-0613 Email: ceas@sas.sc.gov.br – **Comissão**
334 **Organizadora da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social**. Sobre as
335 apresentações na Conferência Estadual, Gabriella informa que, enquanto Diretora,
336 apresentará um panorama sobre o avanço das deliberações das conferências
337 anteriores. Apresentado também o que falta ser cumprido. E também aquilo que não
338 faz mais sentido. Gabriella sugere colocar na apresentação do CEAS/SC as principais
339 resoluções nos dois últimos anos, os principais pontos trabalhados nas Comissões.
340 Patrícia sugere colocar pontos específicos do resultado da leitura do Censo SUAS dos
341 CMAS do último ano. Conselheira Emanuella se manifesta questionando a dinâmica
342 da apresentação e se tem debate posterior. SE Patrícia informa que terão de 30 a
343 45m para apresentar o diagnóstico que embasará as deliberações futuras. Não tem
344 abertura para debate. Sobre as apresentações a Gabriella fará do órgão gestor e
345 sugere que o Sidnei faça do CEAS/SC. A apresentação do CEAS/SC será construída
346 pela equipe da Secretaria Executiva com auxílio da Comissão de Acompanhamento
347 às deliberações. Aproveitando o assunto da Conferência, SE Patrícia solicita que as
348 reuniões de Comissões sejam canceladas até o evento para que a equipe se dedique
349 somente a sua realização. Aprovado por todos. Conselheira Emanuella sugere
350 também, que a apresentação do CEAS/SC inicie com as deliberações de anos

351 anteriores sobre o controle social, após incluir o que já foi sugerido. Por último foi
352 aprovada a sugestão da SE Patrícia da apresentação do CEAS/SC ser realizada pelo
353 Sidnei, Norma e Maristela, assim ficam os três segmentos da Sociedade Civil
354 representados. Dando sequência, foi apresentado minuta de programação da
355 Conferência: Do dia 28 de setembro a 06 de outubro de 2023 - Disponibilização da
356 Minuta de Regimento Interno da Conferência para sugestões e contribuições. 17 de
357 outubro - 13h30m – Credenciamento. 14:00h - Apreciação e aprovação do Regimento
358 Interno. 15h30m - Mesa de Abertura. 16h30m - Palestra Magna. 17h30m-
359 Apresentação do Diagnóstico do estágio de implementação do SUAS de Santa
360 Catarina. 18h15m - Apresentação do CEAS. 19:00h – Encerramento. 18 de outubro
361 08h30m – Início dos trabalhos em grupo – 5 Eixos. 18h – Término. 19 de outubro.
362 8h30m – Início da votação das Deliberações por Eixo. Eixo 01. Eixo 02. Eixo 03. Eixo
363 04. Eixo 05. 11h30m – Almoço. 13h – Votação das Moções que atingiram o número
364 mínimo de assinaturas de acordo com Regimento Interno da Conferência. 14h Escolha
365 dos delegados que representarão Santa Catarina na Conferência Nacional, de acordo
366 com Regimento Interno da Conferência – divisão em 5 grupos (Natas/os do CEAS,
367 Governamentais, Trabalhadoras/es do SUAS, Entidades de Assistência Social e
368 Usuárias/os). 15h – Cerimônia de Encerramento 14ª Conferência Nacional de
369 Assistência Social. Conselheira Norma contribui dizendo que no CNAS não terão
370 palestra Magna, será uma mesa com convidados com foco no acolhimento aos
371 usuários. Também informa que terão uma programação diferenciada. SE Patrícia
372 informa que foi solicitado pelo FEUSUAS um tempo dentro da Conferência para
373 realizarem uma reunião com os/as usuários/as que estarão na Conferência. A
374 Comissão entende que abrindo para o FEUSUAS também devemos abrir espaço para
375 o FETSUAS, Movimento das Entidades e até mesmo para uma reunião com os
376 Governamentais para tratarmos de assuntos diversos, inclusive a ida para a
377 Conferência Nacional. A sugestão é reservar 1h30m após o horário do almoço do dia
378 18-10. Após esclarecimentos a sugestão foi aprovada para o segundo dia após o
379 almoço. Após alguns questionamentos sobre o processo de licitação, onde foi
380 respondido que está em setores responsáveis da gestão estadual, ficou acordado que
381 seria necessário fazermos uma reunião, virtual, específica sobre a realização da
382 conferência estadual com todos os conselheiros estaduais. Dando sequência a pauta
383 - **d.** Relato da reunião da Comissão de Política – Demanda da População em Situação
384 de Rua e explanação da diretora Gabriella sobre o status do processo de
385 Regionalização dos Serviços de Média e Alta Complexidade. Sobre a demanda da
386 População em situação de Rua, ficou acordado que o CEAS/SC enviará ofício ao
387 CMASs dos municípios que mais aparecem denúncias sobre essa demanda nas
388 reuniões do CEAS/SC, a Comissão elencou 10 municípios. Sobre a demanda de
389 Regionalização dos Serviços de Média e Alta Complexidade, Diretora/Presidente
390 Gabriella se manifesta dizendo que, basicamente o Estado fará todo o processo de
391 Regionalização do que foi pactuado e deliberado. É importante frisar que tem um item
392 de contrapartida do município que é essencial, que seria a indicação de um
393 profissional de referência da Proteção Social Especial para fazer a articulação com a
394 equipe do Estado que estará no equipamento regionalizado. Quando se iniciou a
395 execução do projeto piloto a equipe da DIAS identificou que aproximadamente 50%
396 dos municípios não possuem esse profissional. Dificultando o início da implementação
397 do Serviço Regionalizado de acordo com o planejado. Identificam, que apesar de
398 sempre ter sido uma demanda dos municípios, agora que está no momento de
399 implementação está havendo resistências, existem alguns receios que precisam ser
400 esclarecidos. O que demonstra o desconhecimento sobre o processo de

401 regionalização. Atualmente a gerente responsável está fazendo reuniões com os
402 municípios que já possuem a equipe de referência e com os que não tem equipe, para
403 conseguirem ter um panorama do que é necessário para os próximos passos.
404 Conselheira Emanuella contribui dizendo que é complicado para os municípios PPI,
405 que possuem EUquipe para a Proteção Social Especial, assumir mais essa atribuição.
406 Mas, entende que é de suma importância esse profissional, para que o processo de
407 regionalização seja efetivo, cita o exemplo do período de implementação da Família
408 Acolhedora anos atrás. Não havendo mais contribuições, seguimos para o próximo
409 ponto. **10. Informes. a.** Relato Conselheira Maria do Carmo na CIB de Blumenau;
410 Conselheira Maria do Carmo encaminhou o relato por escrito para o CEAS/SC o
411 mesmo será compartilhado com todos. **b.** Participação do Vice-Presidente Sidnei na
412 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS; De início há o esclarecimento sobre mal
413 entendido sobre a ida das(os) Secretárias(os) Executivas(os) para a Conferência
414 Nacional, onde havia a defesa de que o CNAS pagasse as despesas, mas, por fim,
415 ficará a cargo da gestão estadual. Também foi solicitado que ficasse claro qual seria
416 o papel da SE na Conferência Nacional. Por fim, as(os) Secretárias(os) serão
417 convidadas(os) especiais para a Conferência Nacional. Conselheiro Sidnei informou
418 que num primeiro momento os CEAS relataram como estava sendo o processo nos
419 Estados, que alguns informaram estarem passando por dificuldades financeiras.
420 Sidnei apresentou o panorama do nosso processo conferencial, explicando as
421 especificidades, como troca de data da conferência, e dilação no prazo de entrega
422 dos relatórios de alguns municípios decorrente de intempéries climáticas. Num
423 segundo momento foi apresentado e debatido a metodologia da Conferência Nacional
424 pensando no tema o “SUAS que temos e o SUAS que queremos”. Foi apresentado
425 uma Nota Técnica orientando sobre o uso dos recursos dos IGDs para fins das
426 Conferências, e também sobre a possibilidade do uso dos recursos dos fundos para
427 pagar despesas para pessoas da sociedade civil que não estão vinculadas aos
428 Conselhos. Também foi enfatizado que seja amplamente debatido e fortalecido a
429 questão do 1% da receita líquida nacional para a Assistência Social, para que seja
430 deliberado nos Estados e venha forte a deliberação para a Conferência Nacional.
431 Enfatizou que foi esclarecido que dentro da Câmara dos Deputados Federais o projeto
432 de lei já tramitou nas Comissões, mas o projeto só será posto em pauta se estiver de
433 acordo com o Governo Federal, o que talvez seja necessário fazer é uma proposta
434 para a implementação da lei de forma gradativa até atingir o 1%. Outro tema foi a
435 sugestão de comemoração dos 30 anos da LOAS na Conferência Nacional. Também
436 foi apresentado uma Minuta de Lei do piso mínimo dos Trabalhadores do SUAS, que
437 precisa estar relacionado à questão do financiamento mínimo da Política de
438 Assistência Social. Ainda sobre a programação da Conferência Nacional, foi explicado
439 sobre os grupos autogestionados, sobre a não realização da palestra magna, será
440 uma mesa de abertura diferenciada. Conselheira Norma acrescenta que o foco dessa
441 Conferência Nacional é a aproximação com os participantes, não tendo uma
442 formalidade tradicional, inovando no formato para tornar mais acolhedor. **c.**
443 Participação da Presidente Gabriella no Encontro do Fundo Nacional de Assistência
444 Social com os Fundos Estaduais e os Conselhos Estaduais; Presidente Gabriella
445 representou o CEAS/SC, informa que o Fundo Nacional abriu a oportunidade para
446 alguns Estados apresentarem suas práticas em relação ao cofinanciamento. Santa
447 Catarina foi um dos estados escolhidos para apresentar para o grande grupo a
448 metodologia usada no Estado. Presidente identifica como extremamente válido esse
449 processo, pois apresenta aos demais estados a evolução da prática realizada em
450 Santa Catarina. Torna-se importante frisar que a questão do regular e automático nos

451 remete a uma prática mensal, no entanto, um repasse mensal durante todos os meses
452 do ano não é possível devido aos ciclos financeiros das gestões estaduais. Cada um
453 tem sua legislação. Informa que o Governo Federal entende da mesma forma. O
454 importante é o repasse ser de uma forma onde os municípios consigam se programar.
455 Relatou a apresentação da Nota Técnica do FNAS que orienta sobre o uso do recurso
456 dos fundos para pessoas que não são ligadas ao Conselho, orientam que seja pela
457 categoria “Colaborador Eventual”. SE Patrícia explica que já foi realizada uma
458 tentativa em anos anteriores para realizar repasse nessa modalidade, mas, devido a
459 ausência na legislação estadual, não foi possível. Gabriella informa que a orientação
460 é de seja aprovada em plenária do CEAS/SC a possibilidade de repasse por meio
461 dessa modalidade, que a plenária do Conselho é soberana em relação a essa
462 possibilidade de repasse. Isso também se daria em relação ao repasse do FEUSUAS
463 nas capacitações no Estado. É necessário ver de que forma isso será implementado
464 no Estado. Identificou que da reunião ficou enfatizado a responsabilidade do Estado
465 em todas as questões previstas em legislações, mas também a autonomia do ente em
466 gerir essa responsabilidade. Citou o exemplo da legislação dos Benefícios Eventuais
467 e Medidas Judiciais. Relata que a reunião foi de extrema importância até para se
468 fortalecer enquanto Presidente do CEAS/SC. **e.** Relato da reunião com o Conselho
469 Estadual dos Direitos Humanos; SE Patrícia informa que participou juntamente com o
470 Conselheiro Thiago e Conselheira Juciléa, onde a Pauta era a determinação do STF
471 sobre a População em Situação de Rua, como deliberação da reunião, ficou o envio
472 de ofício à Secretaria de Estado de Assistência Social, Mulher e Família – SAS
473 solicitando esclarecimentos e as providências que estão sendo tomadas diante da
474 determinação. **f.** Encontro PROCAD Região Sul – 21 a 22 de setembro (inclusão de
475 pauta); SE Patrícia explica que o encontro será no formato virtual de fácil acesso a
476 quem quiser acompanhar, e é de extrema importância para conselheiros(as) para
477 posteriormente fazerem o controle social do Programa. **g.** Live sobre Benefícios
478 Eventuais – e a necessidade de adequação e atualização dos Municípios seguindo a
479 Resolução 16/2022 do CEAS (inclusão de pauta). SE Patrícia explica que o momento
480 será conduzido pelas técnicas da DIAS, com o objetivo de orientar os municípios sobre
481 a atualização de suas legislações sobre a concessão de Benefícios Eventuais,
482 considerando o repasse do cofinanciamento estadual. **d.** Retorno do Ofício da Frente
483 Parlamentar de Reciclagem (FPR); SE Patrícia faz a leitura da resposta enviada pelo
484 gabinete do Deputado Estadual Marquito, onde informa que as reuniões são abertas,
485 sendo o calendário divulgado na página oficial do Gabinete do Deputado. Conselheiro
486 Alexandre faz um relato denunciando práticas da prefeitura municipal de Chapecó
487 contra pessoas que trabalham com recicláveis no município. Informou que foi
488 realizada essa denúncia no dia da criação da Frente Parlamentar de Reciclagem,
489 sentiu falta da ausência de informações sobre o encaminhamento realizado. SE
490 Patrícia sugere que a denúncia seja enviada para a Comissão de Acompanhamento
491 aos CMAS. Conselheiro Alexandre faz um longo desabafo sobre a ausência de ações
492 que levem a uma solução das demandas que são apresentadas no CEAS/SC, é uma
493 denúncia de desocupação de uma associação de catadores em Chapecó,
494 considerando uma ação truculenta sem justificativa cabível. Conselheira Juciléa
495 sugere que a referida denúncia seja apresentada direto ao Ministério Público Estadual,
496 pois é uma demanda que vai para além da Política de Assistência Social, pois
497 descumpra com questões relacionadas aos Direitos Humanos, talvez com o auxílio
498 dos coordenadores da Comissão. Conselheira Aline se manifesta dizendo que todas
499 as iniciativas são válidas e quando nos omitimos de darmos opinião sobre temas tão
500 importantes como dessa denúncia, podemos estar sendo coniventes com a prática

501 realizada, acabamos normalizando a ação. Se prontifica a levantar essas questões na
502 Conferência Estadual para promover moções contra essas práticas. Se manifesta
503 dizendo que, com o adiantado da hora, essas discussões a exemplo do Informe trago
504 pelo Conselheiro Alexandre, sempre ficam a margem do debate, não tendo espaço
505 para deliberações em plenária. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a
506 Conselheira, Secretária do CEAS/SC Jaqueline Muller agradece a participação e
507 contribuições de todos(as) e encerra a presente reunião Plenária Ordinária do
508 CEAS/SC de 19 de setembro de 2023. Reforçamos que a gravação da íntegra da
509 plenária está disponível no seguinte link:
510 https://www.youtube.com/watch?v=99842Qy2P_U . Nós, Leticia Guimarães Braz e
511 Patrícia Gasparetto da Silva, lavramos a presente ata que foi revisada e aprovada pela
512 Secretária do CEAS Jaqueline Muller.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **5V3A7I4J**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GABRIELLA DORNELLES CHAGAS PEREIRA (CPF: 003.XXX.619-XX) em 19/02/2024 às 15:39:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 04/08/2021 - 17:25:48 e válido até 04/08/2121 - 17:25:48.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FTXzM3NTc2XzAwMDAwNjMzXzYzM18yMDIzXzVWM0E3STRK> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAS 0000633/2023** e o código **5V3A7I4J** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.